

O ENSINO DE QUÍMICA E A INCLUSÃO: O QUE TEMOS FEITO?

Alison Antonio Alves¹ – Universidade Federal de Minas Gerais – alisonalves@ufmg.br
Amanda Souza Barcelos¹ – Universidade Federal de Minas Gerais – amandabarcelos@ufmg.br
Ana Luiza de Quadros² – Universidade Federal de Minas Gerais – aquadros@qui.ufmg.br

1-Licenciando (a) em química pela Universidade Federal de Minas Gerais

2- Licenciada em Química, Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ e Doutora em Educação pela UFMG. Professora adjunta de Ensino de Química no Departamento de Química/ICEx/UFMG.

Palavras-chave: ensino de química, educação inclusiva, baixa acuidade visual.

Introdução e objetivo

Há mais de uma década as escolas brasileiras vem enfrentando o desafio da inclusão de estudantes que apresentam algum tipo de necessidade especial. A educação inclusiva é assegurada desde a Constituição de 1988, que garante condições de acesso e permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação.

A discussão em torno de questões que envolvem a educação inclusiva foi dinamizada a partir da realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, no ano de 1994, em Salamanca, sob promoção da Organização das Nações Unidas. Desta conferência, surgiu a Declaração de Salamanca, que visava dar visibilidade a pouca atenção que alunos portadores de necessidades educacionais especiais recebiam nas instituições de ensino regular. O Brasil, como país signatário, propôs-se a buscar um sistema educacional inclusivo. A partir de então, a educação inclusiva passou a fazer parte da Lei Orgânica maior da educação: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A vivência em um curso de licenciatura fomentou algumas dúvidas e discussões sobre o modelo atual do ensino de Química e sobre sua efetividade quando realizado com estudantes portadores de baixa ou nenhuma acuidade visual. Sentimo-nos desafiados a tentar entender como estes portadores de necessidades especiais se apropriam do conhecimento químico. Este trabalho teve como intenção investigar como o ensino de química é oferecido a estudantes portadores de baixa acuidade visual, considerando o ponto de vista dos próprios estudantes.

Metodologia

Para desenvolver esse trabalho visitamos o Instituto São Rafael, uma escola da rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte, especializada em educação e reabilitação de deficientes visuais. Esta escola oferece ensino fundamental regular e apoio a estudantes portadores de necessidades educacionais especiais que frequentam escolas regulares de Ensino Médio. O Instituto também oferece outros programas de reeducação visual. Após explicarmos a nossa intenção no Instituto São Rafael, assistimos algumas aulas oferecidas na escola, com a intenção de verificar no que essas aulas se diferenciavam das aulas em escolas formais. Percebemos que alguns estudantes frequentavam as escolas regulares e, nos contra turnos, buscavam o atendimento educacional especializado nesse Instituto. Após diversas conversas informais com os professores, selecionamos uma estudante que possui baixa acuidade visual e

que frequenta a escola regular. Essa estudante busca nesse instituto uma complementação dessas aulas no contra turno e se mostrou receptiva ao nosso trabalho. Realizamos, com essa estudante, uma entrevista semi-estruturada, a qual foi objeto de análise.

Resultados e Discussões

As questões que fizeram parte da entrevista tinham a intenção de identificar possibilidades e limites do atendimento a estudantes com esse tipo de necessidade especial, nas escolas regulares. Nas respostas obtidas percebemos alguns pontos os quais destacamos.

O primeiro destaque se refere ao uso de recursos visuais pelos professores. Para comunicar o conhecimento os professores diversificam os recursos em sala de aula. Os mapas, gráficos, tabelas e outros recursos auxiliam, normalmente, na construção de significados para aquilo que o professor quer ensinar. Segundo a estudante investigada, esses recursos dificultam a aprendizagem dos estudantes com pouca ou nenhuma acuidade visual. Ao chegar no instituto, o professor precisa, em alguns casos, um pouco de barbante ou outro material comum, para representar um gráfico em alto relevo, de forma que a estudante possa “sentir” o gráfico. Vários outros exemplos semelhantes forma trazidos pela entrevistada.

Como segundo ponto de destaque está uma tendência de ensino que faz parte de qualquer curso de formação de professores: a contextualização. A entrevistada traz diversos casos nos quais o professor da escola regular usa algum material ou situação do contexto, mas que é desconhecida para eles. Para exemplificar, trazemos o exemplo de um cone de trânsito, usado pelo professor para comparar com o formato de uma estrutura química. Ao vivenciar essa situação, a estudante afirma que o exemplo trazido pelo professor aumentou sua dificuldade, já que não sabia o que era um cone de trânsito.

O destaque seguinte é o pouco preparo dos professores em lidar com o ensino de portadores de necessidades especiais. A entrevista apresentou diversos exemplos de materiais que o professor poderia ter disponível para usar em determinados momentos da aula, com esses estudantes. No entanto, a maior queixa da entrevistada (quarto destaque), no entanto, foi a dificuldade com a leitura. O Instituto São Rafael possui imprensa braile e digita em braile alguns materiais que esses estudantes levam até lá. Em outros casos, quando isso não é possível, o professor do instituto lê o texto com os estudantes. Na escola regular, pelo grande número de estudantes e pela diversidade de público, nem sempre o professor tem condições de fazer esse atendimento.

Considerações finais

Apesar de duas décadas de educação inclusiva, a escola regular certamente ainda não consegue lidar com esses “diferentes” que frequentam a escola. Acreditamos que a maioria das adaptações que o instituto oferece e que os alunos buscam durante o atendimento educacional especializado, poderiam ser disponibilizadas na própria escola regular, haja vista que não demandam muito tempo e nem materiais específicos.

Se assumimos o compromisso de incluir esses estudantes com necessidades especiais, como é o caso dos portadores de baixa ou nenhuma acuidade visual, então precisamos nos preparar para tal atendimento. Enquanto isso não for feito, corremos o risco de “fazer de conta” que a inclusão acontece, pois incluímos fisicamente, sem oferecer oportunidades de desenvolvimento intelectual.